

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 08 de novembro de 2018, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, **Dra. ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**. Eu, \_\_\_\_\_, Escrivão Judicial I, subscrevo.

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008747-78.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Pagamento**  
 Requerente: **Optotal Hoya Ltda.**  
 Requerido: **Borges Paula & Cia Matão Ltda - Me, Nome Fantasia Ótica Visão**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANA CLAUDIA HABICE KOCK**

Vistos.

Trata-se de **Monitória - Pagamento** propostos por **Optotal Hoya Ltda.** em face de **Borges Paula & Cia Matão Ltda - Me, Nome Fantasia Ótica Visão** alegando, em síntese, que atua no ramo industrial de produtos ópticos e vendeu para a requerida diversas mercadorias. No entanto, a ré não honrou com os pagamentos, restando inadimplente no valor total de R\$ 19.961,07.

Requer a citação da ré para pagamento do débito ou apresentação de embargos no prazo de quinze dias, constituindo-se, ao final, o título executivo judicial.

A requerida foi citada e não contestou o pedido, deixando transcorrer o prazo sem apresentação de defesa (fls. 196).

**É O RELATÓRIO.****FUNDAMENTO E DECIDO.**

O processo comporta julgamento antecipado, nos termos dos incisos I e II, do artigo 355 do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria de fato e direito, passível de julgamento com as provas constantes dos autos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

O pedido se acha devidamente instruído com prova escrita sem eficácia de título executivo.

A ré é revel, de modo que deve ser aplicada a regra do art. 344 do Código de Processo Civil, impondo-se a procedência do pedido.

Com efeito, as notas fiscais de fls. 44/126 revelam o fornecimento do material à requerida e a prova de recebimento é suprimida pela confissão, advinda de seu silêncio.

Ante o exposto, na falta de pagamento ou embargos no prazo legal (art. 702), nos termos do art. 701, §2º do Código de Processo Civil, julgo **PROCEDENTE** o pedido da presente ação e reputo constituído de pleno direito o título executivo judicial, no valor indicado na inicial, acrescido de correção monetária e juros moratórios de um por cento ao mês desde a data do vencimento, prosseguindo-se como execução.

A ré arcará com o pagamento das custas processuais e com os honorários advocatícios arbitrados, por parâmetro, em 10% do valor do débito corrigido.

Publique-se e intime-se.

Araraquara, 08 de novembro de 2018.

**ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**

Juíza de Direito

**DATA**

Em **8 de novembro de 2018**, recebi estes autos em cartório. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, escrevi.